

## EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

### OS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: desafios profissionais no século XXI

### THE SOCIO-OCCUPATIONAL SPACES OF SOCIAL SERVICE IN BRAZIL: professional challenges in the 21st century

Isabelle Santos de Sousa<sup>1</sup>

Kamilyly Duarte Sousa<sup>2</sup>

Maria Clara dos Santos Sousa<sup>3</sup>

Léia Lima Soares<sup>4</sup>

#### RESUMO

O artigo tem como objetivo apresentar uma breve análise sobre os desafios dos espaços sócio-ocupacionais do(a) assistente social na contemporaneidade. Para alcance dos objetivos propostos a metodologia utilizada foi a pesquisa de natureza bibliográfica. Inicialmente, faz-se alguns apontamentos sobre as configurações dos espaços sócio-ocupacionais na contemporaneidade. Em seguida, busca-se fazer uma análise das adversidades enfrentadas por assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais. E por fim, apresentar uma breve retomada das principais ideias discutidas ao longo do artigo.

**Palavras-chave:** Espaços sócio-ocupacionais. Contemporaneidade. Desafios.

#### ABSTRACT

The article aims to present a brief analysis of the challenges of the socio-occupational spaces of social workers in contemporary times. Falar das transformações societárias desencadeadas com a reestruturação produtiva, o neoliberalismo e seus reflexos no mundo trabalho não é

<sup>1</sup> Graduanda do curso de bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Email: isabellesantos.ufpi@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Email: kamilylyduarte1968@gmail.com.

<sup>3</sup> Graduanda do curso de bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Email: mariaclarasantos456@gmail.com.

<sup>4</sup> Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Docente na UFPI do curso de Serviço Social. Realiza estudos e pesquisas na área de Serviço Social: Questão socioambiental urbana, rural/agrária e movimentos sociais. Email: leiahlima1990@gmail.com.

algo novo, este é um tema To achieve the proposed objectives, the methodology used was bibliographic research. Initially, some notes are made about the configurations of socio-occupational spaces in contemporary times. Next, we seek to analyze the difficulties that social workers face in socio-occupational spaces. And finally, present a brief summary of the main ideas discussed throughout the article.

**Keywords:** Socio-occupational spaces. Contemporaneity. Challenges.

## 1 INTRODUÇÃO

O debate acerca dos reflexos das transformações societárias desencadeadas a partir da globalização, da reestruturação produtiva e dos postulados neoliberais no mundo do trabalho não é algo novo. Este é um tema constantemente explorado na agenda do Serviço Social na contemporaneidade, mas que sempre se faz necessário para compreendermos as transformações mais recentes do atual estágio do capitalismo e seus impactos sobre a vida dos trabalhadores e assim buscar estratégias para modificar a realidade social.

A reflexão sobre as novas configurações sócio-ocupacionais dos(as) Assistentes Sociais relaciona-se ao debate da funcionalidade e legitimidade profissional (Montaño, 1997), de modo que a contextualização da profissão no marco das relações de classes travadas no capitalismo monopolista implicou a conformação de um profissional cuja função primordial seria operacionalizar as políticas sociais no raio de ação do Estado, seu principal empregador. Na atualidade, os espaços sócio-ocupacionais de trabalho dos(as) Assistentes Sociais surgem apontando relevantes mudanças no mercado de trabalho, nas reivindicações e na execução das atividades profissionais. A multiplicidade dos fenômenos estudados e pesquisados no Serviço Social se expandem, exigindo diferentes análises críticas e a inserção de conhecimentos que se expressam nas práticas profissionais, no ensino e nos estágios curriculares.

Sob essa perspectiva, o presente artigo tem por objetivo realizar uma breve aproximação das configurações dos espaços sócio-ocupacionais dos(das) assistentes sociais no Brasil e apresentar os desafios presentes na contemporaneidade dentro dessa temática, compreendendo que novos desafios são postos à categoria profissional frente à expansão neoliberal e as ofensivas aos direitos trabalhistas vivenciados nos últimos anos.

A metodologia utilizada foi uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfica-reflexiva. Estruturado em tópicos, o estudo inicialmente discute sobre a configuração dos espaços sócio-ocupacionais na contemporaneidade, em seguida, busca-se fazer uma análise dos desafios

presentes nestes espaços, e por fim, uma breve conclusão com as informações mais pertinentes sobre o assunto discutido.

## 2 AS CONFIGURAÇÕES DOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Realizar uma análise dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social na contemporaneidade requer o esforço de inscrevê-los no quadro histórico mais amplo das transformações sócio-históricas e político-econômicas, considerando as formas assumidas pelo capital no processo de revitalização da acumulação capitalista no cenário mundial, que se baseia em estratégias para garantia da hegemonia das finanças e na busca contínua pela produção dos superlucros (Iamamoto, 2009b).

Essas estratégias utilizadas no processo de revitalização da acumulação capitalista refletem radicalmente no âmbito do trabalho e dos direitos, visto que se baseiam no agravamento da exploração e expropriação das relações sociais e aumento da extração da força de trabalho, afetando diretamente a divisão sociotécnica do trabalho com modificações em todos os seus níveis e áreas de intervenção. Aspectos que recaem também nas condições do exercício profissional do assistente social, alterando suas demandas, mercado de trabalho, os processos e as condições de trabalho profissionais, bem como as requisições e exigências da formação profissional (Iamamoto, 2009b).

A partir da reestruturação produtiva, sobretudo a partir dos anos 1970, o setor produtivo mundial passou a adotar tecnologias de automação, formas de gestão mais eficientes com o objetivo de otimizar a produção e dinamizar os lucros, gerando consequências para a *classe que vive do trabalho*, nos termos de Ricardo Antunes (1995). Dessa forma a flexibilização dos contratos e horários de trabalho, a terceirização e os processos de automação favorecem o desemprego estrutural e perda de direitos trabalhistas de modo crescente. A instauração de tais processos em meados do século XX foram intensificados e expandem-se atualmente no curso do século XXI produzindo consequências ainda mais desastrosas de precarização do trabalho e diminuição de direitos, com a robotização, uso de inteligência artificial, dentre outros artifícios que caracterizam uma nova revolução industrial.

No Brasil, especialmente a partir dos anos 1990, período marcado pela radicalização liberal, essas medidas têm atingido a dinâmica das relações entre Estado e a sociedade de

classes, transformando principalmente o papel do Estado. Nesse processo de renovação dos determinantes liberais prevalece reafirmação do mercado como órgão regulador das relações sociais, impulsionamento da privatização e mercantilização dos serviços, a transferência do bem-estar social ao âmbito da sociedade civil retirando do Estado a responsabilidade de provedor das garantias sociais (Iamamoto, 2009).

Percebe-se que as transformações no padrão de acumulação capitalista modificaram também o sistema estatal, em que há a diminuição das funções do Estado e dos gastos sociais, contribuindo para o aumento da desresponsabilização deste frente às políticas públicas, e o retrocesso dos direitos sociais, considerando que no interior desses processos de revitalização da acumulação capitalista tem-se a reorientação do gasto público e a reestruturação das políticas sociais que passam a ser pautadas no tripé da privatização, focalização e descentralização, assim esse processo é refletido nas políticas sociais, que num contexto de minimalismo do Estado, são cada vez mais seletivas e focalistas (Iamamoto, 2009b).

Somam-se a isso os desafios presentes no mundo do trabalho na contemporaneidade, resultante do capitalismo financeiro e do desenvolvimento tecnológico e informacional, como o aumento do desemprego, a desregulamentação e informalização das relações de trabalho, processos de precarização, redução das políticas públicas, regressão dos direitos sociais (Delgado, 2013). Assim como o aumento das desigualdades sociais expressas nas questões de gênero, etnia, geração e distribuição territorial que radicaliza o aprofundamento da questão social e o conjunto variado de suas expressões (Iamamoto, 2009b). Fatores que atingem a classe dos trabalhadores assim como a formação e o exercício profissional do assistente social.

Por conseguinte, de acordo com Delgado (2013) os espaços sócio-ocupacionais nos quais formam o ambiente de atuação dos(as) assistentes sociais, vêm frequentemente passando por múltiplas modificações, com crescimento e a diversificação das áreas de atuação, exigindo novas requisições e demandas para a profissão de Serviço Social. No entanto, apesar da ampliação do mercado de trabalho para a categoria, principalmente a partir da Constituição de 1988 e o estabelecimento do direito às políticas sociais e da rede socioassistencial, por meio da criação e ampliação de programas de atendimento a diversos segmentos da população, os resultados das transformações societárias recaem no âmbito do Serviço Social na forma de crescimento do número de profissionais e das demandas, mas que ao mesmo tempo expressa a perda ou precarização de postos de trabalho.

Dessa forma, todas as modificações observadas nos espaços sócio-ocupacionais

dos(das) assistentes sociais são baseadas no processo de acumulação do capital, exploração do trabalho excedente e de produção de mais-valia, diretamente relacionado com a hegemonia política e regressão do gozo dos direitos dos trabalhadores e do neoliberalismo, fator que

[...] atribui novos contornos ao mercado profissional de trabalho, diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas requisições e demandas a esse profissional, novas habilidades, competências e atribuições (Iamamoto, 2009b, p. 3)

Outras reorganizações podem ser observadas especialmente no cenário brasileiro, onde esses espaços sócio-ocupacionais apresentam algumas singularidades, essas reorganizações se expressam em novas condições e relações de trabalho dos(das) assistentes sociais, que na contemporaneidade passam a requerer desses profissionais algumas atribuições específicas, especialmente no que tange a sua formação acadêmica, com a finalidade de expressar um caráter de neutralidade frente às ideologias dominantes que permeiam os processos sociais, a partir disso facultando um caráter mais crítico, baseado no caráter ético-político e técnico, conferindo ao exercício profissional dos(das) assistentes sociais um maior fortalecimento do apoio à classe trabalhadora e em sua luta contra a hegemonia dominante (Iamamoto, 2009b).

Diante disso, se a relação entre classes e grupos sociais faz com que surjam, em suas mais diversas conjunturas, novas condições para o exercício profissional dos(das) assistentes sociais. Seu trabalho produzirá resultados a partir das imposições que sofre ao longo do tempo, tanto sua capacidade de observação da realidade presente, quanto sua capacidade técnica e política serão influenciadas na relação com novos cenários de atuação:

Assim o espaço profissional não pode ser tratado exclusivamente na ótica “das demandas já consolidadas socialmente, sendo necessário, a partir de um distanciamento crítico do panorama ocupacional, apropriar-se das demandas potenciais que se abrem historicamente à profissão no curso da realidade” (Iamamoto, 2009b, p. 4).

Portanto, observar as múltiplas nuances e modificações dos espaços sócio-ocupacionais dos(das) assistentes sociais exige um olhar mais crítico e apurado para entender o percurso dos fenômenos históricos que permeiam esses espaços e sua estrutura, nas suas mais diversas configurações, e os desafios que surgem a partir dessa nova dinâmica (Iamamoto, 2009b).

Além das adversidades vivenciadas no cotidiano profissional face à mercantilização das políticas sociais, à responsabilização dos indivíduos e famílias pelos seus problemas promovidos pelo pluralismo de bem-estar, também tem-se observado o crescimento do trabalho

autônomo, atividades de assessoria e consultoria, a possibilidade de dois empregos, com ou sem vínculos trabalhistas, atividades junto à organizações não governamentais, reafirmando o caráter de profissão liberal que não se restringe ao Estado como único empregador; mas também percebe-se defasagens salariais, desrespeito ao piso salarial nacional e mesmo o desemprego que por ser estrutural também atinge a categoria. Mas em todos estes formatos persiste a necessidade de organização e defesa dos principais direcionamentos éticos e técnicos da profissão na contramão do projeto privatista.

### **3 OS DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS NA CONTEMPORANEIDADE**

Diante do cenário apresentado, para compreender os desafios postos aos espaços sócio-ocupacionais do assistente social na contemporaneidade fez-se necessário entender que essas mudanças macrossociais oriundas do modo de produção e reprodução capitalista de vaga neoliberal marcada pelo minimalismo do Estado, em especial as políticas sociais, na contramão dos direitos sociais e as profundas alterações na dinâmica societária centrada na maximização dos lucros, atravessa as diversas esferas da sociedade agindo sob os indivíduos, no agravamento das expressões da questão social e na divisão sócio-técnica do trabalho (Iamamoto, 2009b).

Dessa maneira, as intensas transformações societárias provocadas pela reestruturação produtiva e o neoliberalismo no Brasil, marcado pela ampliação em larga escala da informalidade, do desemprego e da pobreza, retração do estado e políticas públicas minimalistas, compensatórias e focalizados, intensificaram as sequelas da questão social, causando desafios para trabalhadores e atividades profissionais ligadas ao social (Costa e Leite, 2021).

De acordo com Raichelis (2019) esse cenário repercute diretamente no Serviço Social, moldando e redefinindo suas competências, atribuições e o mercado profissional, em que as expressões da questão social se agravam e se tornam mais heterogêneas e complexas, exigindo mais criatividade e eficácia operativa para a profissão. Nesta direção, surgem novos desafios para o Serviço Social, que precisa dar respostas às novas demandas que são colocadas pela sociedade, pelo Estado e pelo capital.

As novas demandas sociais se apresentam ao exercício profissional do assistente social impondo uma reconfiguração dos objetos de intervenção, atribuindo novas funções e

competências à profissão, bem como requisitando desses profissionais a reafirmação dos valores e princípios ético-políticos que regem a profissão. Exige-se desses profissionais competências: teórica, técnica e ética que subsidiem a sua capacidade de agir conforme regulamenta a Lei 8.662/93, que nos artigos 4º e 5º estabelece as competências e atribuições privativas do profissional (Brasil, 1993).

Dessa forma, o mercado de trabalho exige aos(as) assistentes sociais uma competência crítica, reflexiva e criativa, um profissional com um perfil mais qualificado, que baseado em uma atitude investigativa estimule no seu exercício profissional as possibilidades de alcançar novas alternativas de trabalho em um momento de profundas alterações na vida em sociedade (Iamamoto, 2006).

Frente aos novos delineamentos dos espaços sócio-ocupacionais dos/as assistentes sociais, das novas requisições e a imposição de distintas exigências de capacitação acadêmica, que proporcione atribuições de entendimento das concepções ideológicas que envolvem os processos sociais e do direcionamento ético-político do trabalho do assistente social no processo de emancipação e a plena expansão dos direitos dos indivíduos em conjunto a um projeto societário de transformação da sociedade, se apresentam desafios a serem superados (Iamamoto, 2009b).

De acordo com Iamamoto (2009a) são inúmeros os desafios profissionais e acadêmicos de teor ético-político e teórico-metodológico que se apresentam aos espaços sócio-ocupacionais do assistente social na atualidade. Esses desafios se apresentam na forma de exigência de uma rigorosa formação teórico-metodológica que possibilite explicar a atual conjuntura de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia das finanças e a identificação das formas particulares que ela se apresenta na realidade, bem como suas implicações no campo das políticas públicas e refrações no exercício profissional.

Desse modo, o desafio principal para a profissão nesta conjuntura é a capacitação permanente, que busque participar como protagonista ativo das políticas públicas sociais, criando estratégias através de uma leitura crítica da realidade e refletindo sobre as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade. Segundo Iamamoto (2006), se caracteriza como

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não executivo (Iamamoto, 2006, p.20).

A partir de tal reflexão entende-se que deve ser realizada uma análise das inúmeras alterações que se processam na realidade por meio de um olhar crítico e amplo, considerando as dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas, levando em conta que tais mudanças são desafios para o(a) profissional. Concordamos com lamamoto (2006), quando a mesma afirma que:

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para formulação de propostas que façam frente a questão social e que sejam solidárias com a vida daqueles que vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista de sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (lamamoto, 2006, p.75).

Assim, os desafios postos exigem habilidades e competências para o(a) profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, que o possibilite criar alternativas para a afirmação do horizonte social e ético-político do projeto profissional no trabalho cotidiano, ampliando as lutas pela defesa e ampliação dos direitos dos indivíduos, por meio da participação qualificada da categoria nos espaços de representação e fortalecimento dos princípios preconizados na democracia. Essas exigências, conforme aponta lamamoto (2009a, p. 12), pressupõem superar as rotinas institucionais “para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo(a) profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho”.

Para isso deve-se ter um efetivo acompanhamento da qualidade acadêmica da formação universitária que possibilite o cultivo de uma atitude crítica na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos, potenciando a autonomia profissional (lamamoto, 2009a). Principalmente no que diz respeito às repercussões da reforma neoliberal no ensino superior, expressada pela sua crescente privatização, mercantilização e adoção da formação profissional em Serviço Social na modalidade ensino a distância (EaD) que compromete a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e visa uma formação profissional mais rápida para responder apenas às exigências do mercado (Delgado, 2013).

lamamoto (2009b) também nos apresenta o desafio referente à dimensão do trabalho do assistente social como profissão que possui uma relativa autonomia para realizar sua intervenção profissional. De acordo com a autora há um desafio posto no dilema da relação entre o projeto profissional que se baseia nos valores e competências teórico-metodológicas comprometidos com a democratização da vida social e o estatuto assalariado, que inscreve a



profissão nos moldes de regulamentação das relações de trabalho assalariado.

Nesses termos, o(a) profissional contratado pelas instituições empregadoras entra no mercado de trabalho como proprietário de sua força de trabalho especializada, fruto de formação universitária que o legitima a exercer um trabalho na divisão sociotécnica do trabalho com qualificação necessária para o seu desenvolvimento. No entanto, a materialização do seu trabalho só pode se efetivar se possuir os meios e instrumentos de trabalho que devem ser colocados à sua disposição pelos empregadores institucionais, já que não são de propriedade do assistente social. Esses meios e instrumentos para intervenção profissional se expressam em recursos materiais, humanos, financeiros, para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios, que articulado com o conjunto de atribuições e competências possibilita o atendimento direto às necessidades sociais (Raichelis, 2011).

Dessa forma, tem-se, por um lado, à relativa autonomia do assistente social no direcionamento das ações profissionais, legitimadas pelo aparato legal e organizativo que regulamentam a profissão como uma “profissão liberal” na sociedade, dotadas de conhecimentos e princípios éticos que determinam e materializam o seu trabalho. E por outro lado corresponde ao exercício da profissão por intermédio do trabalho assalariado, em que a mercantilização da força de trabalho, característica do regulamento assalariado, submete essa profissão a realizar ações submetidas ao poder dos empregadores (Iamamoto, 2009b).

As consequências desse processo refletem profundamente na autonomia relativa e intervenção desse profissional que, nesse contexto, não dispõe do poder necessário para definir as prioridades e a forma que pretende desenvolver o seu trabalho socialmente necessário (Raichelis, 2011).

Diante disso, tem-se uma tensão entre o projeto profissional que certifica o assistente social como um profissional que possui liberdade para realizar e implementar ações que viabilizem os direitos dos usuários e atendam suas necessidades e a condição de trabalhador assalariado em que as suas ações são subordinadas ao poder dos empregadores e seus ditames, que em grande maioria prezam pela ampliação dos lucros, havendo a incorporação de procedimentos institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho (Iamamoto, 2009b).

Essa tensão entre o trabalho controlado e submetido aos mandos do empregador, recai sobre as demandas dos sujeitos de direitos e sobre a relativa autonomia do(a) profissional no exercício profissional, constituindo-se como um desafio de consolidação da autonomia

profissional nos espaços sócio-ocupacionais. (Iamamoto, 2009b).

Nesse cenário, Iamamoto (2009b) ressalta que é primordial a defesa e ampliação da autonomia profissional no mercado de trabalho para a natureza coletiva da categoria e para definição de um perfil da profissão, com valores e competências teórico-metodológicas que materializam o projeto profissional comprometidos com a democratização da vida social apresentando-se no cotidiano como estratégia de expansão da autonomia do assistente social na luta contra a alienação no trabalho assalariado e na direção da integral implementação do projeto ético-político profissional.

Diante desses apontamentos surgem novas exigências e demandas aos(as) assistentes sociais nos seus diferentes espaços sócio-ocupacionais, alterando as condições para o seu exercício profissional e requerendo desses profissionais novas competências e atribuições no mercado de trabalho que sejam direcionadas para o fortalecimento da profissão e luta pelos direitos humanos.

Sob influxo neoliberal, despontam no cotidiano profissional desafios que devem ser superados para que os(as) assistentes sociais possam desvencilhar dos estigmas da tanto da prática messiânica, como profissional capaz de resolver todos os problemas, doando-se sem considerar a falta de recursos, problemas de gestão, o pauperismo do público-alvo, desafios da rede, etc., quanto da prática fatalista, que tende ao imobilismo e apatia. Assim os(as) Assistentes Sociais ao terem que lidar com as demandas urgentes e emergentes sem as devidas condições de trabalho no atual cenário de transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade, para a família e para o mercado, são demandados(as) a desenvolverem novas habilidades e também resistências à lógica neoliberal que perpassa os espaços laborais na contemporaneidade.

#### **4 CONCLUSÃO**

Em virtude do que foi trabalhado no artigo, esse estudo foi realizado com o objetivo principal de realizar uma apresentação sobre alguns dos desafios a serem enfrentados no exercício profissional do assistente social na contemporaneidade, pois entendemos que debater sobre as formas de precarização do trabalho profissional do assistente social contribui para a construção de estratégias coletivas para o enfrentamento de prerrogativas que atingem

a categoria e possibilita o avanço na qualificação destes profissionais.

Sob essa perspectiva, na primeira parte do artigo, evidenciou-se o contexto atual no qual há a configuração dos espaços sócio-ocupacionais com os atributos, características e especificidades, também tem-se a exposição de determinadas mudanças significativas referentes ao mercado de trabalho, das exigências com relação às atividades desenvolvidas por assistentes sociais, quanto a sua formação teórico-metodológica e dos desafios presente nesses espaços.

A vista disso, na segunda parte do artigo demonstrou-se evidências mais minuciosas sobre a temática, demonstrando e concluindo que os desafios presentes nesses espaços sócio-ocupacionais estão principalmente relacionados com as exigências em relação tanto às habilidades e competências desses profissionais, quanto à sua formação profissional qualificada que possam direcionar a partir de seu caráter ético-político e seu exercício profissional. Essa conclusão é resultado do estudo para a realização deste artigo, demonstrando ser de suma importância para a compreensão mais aprofundada dessa dinâmica, um olhar mais apurado para todos os processos sociais que a constituem.

Avançar no debate sobre os espaços-ocupacionais requer a compreensão não somente das dimensões objetivas que traduzem materialidade à prática profissional, mas também refinar o significado do trabalho e a intencionalidade do fazer de cada profissional, de modo a organizar-se contra as tendências macrosociedadeis que tensionam o Projeto Ético-Político Profissional.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. São Paulo, Cortez, 1995.

BRASIL. **Lei 8.662, dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências**. Brasília, 06 de junho de 1993.

COSTA DE SOUZA, V.; LUZIA LEITE, J. **Transformações No Mundo Do Trabalho E Serviço Social: Um Estudo Sobre O Sofrimento E Adoecimento Profissional No Sistema Único De Assistência Social (Suas)**. Revista Serviço Social em Perspectiva, [S. l.], v. 5, n. 02, p. 135–159, 2021. DOI: 10.46551/rssp.202122. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/4110>. Acesso em: 31 mar. 2024.

DELGADO, Leila Baumgratz. **Espaço sócio-ocupacional do assistente social: seu arcabouço**

jurídico-político. Serviço Social & Sociedade, p. 131-151, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, p. 15-50, 2009a.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 341-376, 2009b.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional**. Serviço Social & Sociedade, Ano XVIII. N°53. 1997.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. Serviço Social & Sociedade, p. 420-437, 2011.

RAICHELIS, R. **O Serviço Social no Brasil: trabalho, formação profissional e projeto ético-político**. In: YAZBEK, M.C; IAMAMOTO, M.V. (orgs). Serviço Social na História: América Latina, África e Europa. Cortez: São Paulo, 2019. p.62-85.